-- Aula do ano atrazado. O tema fora quase imposto pelos estudantes que se sentiam um tanto perplexo com o que lhes parecia menos cirntífico nos estudos de História, contrastando-a principalmente com a Sociologia, disciplina que tende a ser naturalmente legiferante ou que aspira a se-lo. Razões dessa perplexidade. Num livro que publiquei há mais de ~~quase~~ trinta anos já aludira eu à sedução que exercem, e exercem principalmente sobre os jovens, as "formas fixas, as leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e dificil no âmbito dos nossos desejos". Essas construções da inteligência", dizia eu, "representam um repouso para a imaginação, comparavel à exigência de regularidade a que o compasso musical convida o corpo do dansarino". Lembrava a propósito, o "prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexivel, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que forçam à colaboração, ao esforço, por conseguinte a certa ~~abdicação~~ dependência e mesmo abdicação da personalidade". "Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria".

Parecem-nos. Não me pareciam. Escrevi aquele livro empparte na Alemanha, terra classica do historismo e do anti-positivismo: o positivismo tal como era compreendido no século passado. E sem pensar retomava o fio dessas considerações naquela aula. A história, ciência do particular, alguém a chamou "ciência do concreto", e ao mesmo tempo ciência da mobilidade; como poderia ser aprisionada em sistemas conceituais fixos, tais como aqueles a que aspiravam certps sociologos para sua ciência ? Essencialmente dinâmica a Histpria tende facilmente a romper as molduras rígidas. Os próprios conceitos de que se vale ~~tambem~~ -- feudalismo, capitalismo, burguezia etc. -- não seriam imutaveis e esclerozados. Lembrei a propósito a observação de Ashley no livro que escreveu sobre o que até há pouco tempo se chamara "revolução industrial". Evitava no livro todas as palavras acabadas em "ismo". Até "batismo", perguntou-lhe alguém. Para não parecer teimoso concordou em admitir essa palavra, advertindo, no entanto que preferiria "cristianização"

Por um ~~raciocínio~~ critério curioso, sucede que o fato da Historia resistir mais do que outras ciências ao enquadramento em sistemas fixos, o que denotaria a rigor sua maior complexidade, passa a ser considerado por muitos uma deficiência, uma espécie de tara quase vergonhosa. Eu chamaria a esse o ~~raciocínio~~ critério da raposa. A História, por isso mesmo que não pode ser absorvida, porque é aparentemente inacessivel à voracidade do espírito de sistema torna-se imprestavel, como as uvas da fábula. Isso, em outras palavras, eu dizia aos estudantes há dois anos.

Desta vez tenho o receio de que minhas observações sejam tomadas como uma espécie de retratação. Como agora os estudantes do Centro de Estudos Historicos Afonso de Taunay renunciaram generosamente a ~~m~~ escolher um tema, deixando-o a minha discrição, senti-me com ânimo ~~re~~-

SBH
Pi 179e

não para repisar os mesmos argumentos, já que não se impõe agora a posição polémica, mas para indicar o reverso da medalha.

É inegavel que as ciências históricas atravessam atualmente uma fase de crise. Melhor: um agravamento da crise que nelas já se manifestara pelo menos desde fins do século passado. Em parte ela resultava então da superstição do fato bruto, do pormenor sem consequências, da erudição miuda, das datas absolutamente corretas, dos nomes exatíssimos... Essa superstição que se quiz associar muitas vezes ao positivismo ~~do século XVIII~~ deixou marcas que ainda sobrevivem algumas vezes entre professores e compendios. Azeredo (Marcos de) ou Azevedo ? Uma acerba polémica sobre o número certo de holandêses mortos na 2a. batalha de Guararapes: 1.756 ou apenas 1.655 ? Essa diferença de um homem provocou discussões acaloradas há vinte anos, quando se comemoraram os feitos do conde João Maurício e chegou a provocar inimizades persistentes. Rodolfo Garcia disse-me certa vez que as datas exatas são a única coisa exata que se pode conhecer em história.

O tédio mortal que causava essa espécie de história atomística, narrativa e estritamente cronológica fez-se sentir em certo momento mesmo entre aqueles que se associavam de algum modo à própria tradição positivista. Fez-se célebre, na França. a fórmula da história événementielle vulgarizada por François Simiand. ~~Recuso-me a traduzir~~ o nome ~~pois~~ à palavra acontecimental tem um som bárbaro ~~e a alternativa eventual presta-se a confusões em que eu não quero incorrer~~. Todavia essa rebelião, ~~mesmo~~ surgida dentre aqueles que prezavam o fato positivo, o sucesso irrefutavel, não deixa de ser sintomática.

Mas o ~~fato~~ da história ser eminentemente uma ciência do particular e do concreto não parece razão bastante para que se procurasse uma saida para esse impasse. Também a ciência económica lida com uma variedade e multiplicidade de manifestações particulares, o que não impediu, desde cedo, antes das demais ciências humanas, que se disciplinasse numa disciplina integrativa e onde os fatos isolados procuram estruturar-se e ganhar sentido mais largo.

A simples preocupação de construir-se se possivel uma espécie de história teórica, que já hoje não preocupa apenas os filosófos, mas atinge o próprio clã dos historiadores, é ~~significativa~~ um sinal da crise a que me referi. Em outros tempos, até há bem pouco, os historiadores costumavam escrever história e os filósofos pensavam sobre a história, ciência da mobilidade e do concreto e que por isso mesmo exigia uma abordagem especial. Lucien Febvre gostava de citar a frase de Peguy que reza assim: "De um modo geral, não é bom que o historiador reflita demais sobre a história. Enquanto ele se ocupa dessas reflexões, cessa o seu trabalho. E o filósofo, a quem cabe esse mister, cruza os braços. Resultado: dois homens que não trabalham..."

Hoje receio que essa atitude de indiferença do historiador

em face de um problema que assedia de todos os lados o seu mister já parece quase insustentavel. A querela dos métodos, a Methodenstreit de que falam os alemães parece mais acesa do que nunca, e ao historiador é prativamente impossivel permanecer alheio a um problema que pode tornar-se decisivo para sua atividade. Já não é possivel apenas escrever história, é preciso saber refletir, e refletir demais sobre a história, sob pena de permanecer na rotina.

Durante algum tempo procurou-se fugir ao impasse que oferecem as perculiaridades da história, mostrando que uma ciência da mobilidade e do individual mãm deve ter forçosamente seus métodos próprios, independentes daqueles que parecem próprios às ciências naturais e às ciências chamadas exatas. Essa ciência do particular e do mutavel, essa razão histórica teve entre seus arautos alguns nomes ilustres: Dilthey, Rickert, Windelband, Xenopol, em sua maioria filósofos e ocasionalmente -- o caso em particular de Dilthey --, mas em segundo plano também historiadores: Dilthey historiador da cultura, que projetava escrever uma crítica da razão históricas. São várias as soluções alvitradas, a mais característica e ainda hoje utilizada por alguns autores é a que faz da Historia uma ciência idiografica (não ideográfica), de idios, grego, que quer dizer "próprio", em oposição às ciências nomotéticas que se apoiam na formulação de leis. A divisão parece tão sedutora que um economista da categoria de Schumpeter, embora considerando abertamente irrealistica uma tal tentativa, ainda parece admiti-la em parte quando diz preferir a expressão normográfica em lugar de nomotética. A contribuição desses filósofos não pode deixar de ser levada em conta pelos bons frutos que deu. À influência de Rickert foi especialmente sensivel um sociólogo e historiador de alta classe como O foi Max Weber. A metodologia de seus trabalhos histórico sociológicos, da sociologia compreensiva ou interpretativa, podem a rigor resumir-se na frase de Dilthey: "Nós explicamos os fenomenos da natureza e compreendemos os fenomenos do espírito (ou da cultura)".

Embora continue a ter alguns adeptos, essa contribuição desses autores foi ultrapassada pela convicção crescente de que os problemas da história podem ser ao menos em grande parte apreendidos pelo mesmo tipo de abordagem que distingue as ciências naturais. Nenhum fenómeno individual é puramente individual e absolutamente incomparavel. A ênfase excessiva dada ao individual em oposição ao que não se repete fez com que se abandonasse essa verdade por uma aventura que deveria levar ao desconhecido ou ao nada. E em de certo modo, as tentativas para essa separação radical entre as chamadas ciências do espírito ou da cultura e as da natureza, é responsavel pelo atrazo com que os estudos de história demoraram a estruturar-se.

Outro tanto e ainda mais cabe dizer das tentativas que grosso modo receberam o

podem inscrever-se sob a rubrica de cíclicas ou morfológicas. As origens dessa filosofia da histórica são remotas, vêm da antiguidade clássica e prendem-se à comparação entre a vida dos povos e a dos organismos. Os grandes povos, que nascem, crescem, decaem e morrem repetem em suma o ciclo de vida dos indivíduos. Vico com os seus corsi e ricorsi foi, em princípios do século XVIII, m quem tentou em larga escala a aplicação desse plano. Em oposição ao racionalismo cartesiano desenvolveu uma teoria segundo a qual, a decadência dos povos resultaria da reflexão maliciosa e o seu progresso da espontaneidade sincera. As nações crescem pela sabedoria natural, a prudência política, o senso comum, e morrem pelo refinamento da reflexão, pelos sofismas, pela sutileza levada ao extremo. Desprezar a ingenuidade é correr o risco de perder a verdade. Perdida a ~~[illegible]~~ verdade, a razão orgulhosa perde o equilíbrio e com isso inverte-se o curso da civilização. Chega-se à barbarie da reflexão e dos sentidos. Resta esperar a volta da espontaneidade sincera, que não é mais o privilegio ~~[illegible]~~ do espírito e da razão, mas das faculdades sensitivo-fantásticas, por isso mesmo da rudeza e da selvageria. Renova-se assim o ciclo, com as mesmas características.

Resuscitado no século XIX, o pensamento de Vico foi diversamente interpretado. Croce e Gentile procuraram assimila-lo ao idealismo hegeliano, com o qual poderia apresentar semelhanças formais e foi essa a interpretação que ajudou a reviver melhor essa filosofia original. Todavia há outras tentativas. Em 1946 um pensador católico italiano, Franco Amerio, procurou, em oposição a Croce, ~~[illegible]~~ mostrar um Vico escolástico, se não precisamente tomista, e seu livro -- Introduzione allo Studio di G. B. Vico -- traz o imprimatur e o nihil obstat das autoridades eclesiásticas de Turim. Existe também, mas não estou perfeitamente certo, um Vico existencialista. E ainda mais um Vico positivista, cujas idéias foram propostas recentemente por Othmar Anderle como um dos pontos de partida para uma teoria da Historia (no Historische Zeitschrift nº 185, de fevereiro de 1958.

O grande êxito moderno das teorias morfológicas deve-se a Oswald Spengler, cujo livro Decadência do Ocidente publicado logo depois da derrota alemã de 1918 encontrou larga ressonância internacional e que, apesar das justas reservas que lhe opuzeram os historiadores profissionais -- Spengler era matemático -- exerceu larga ingluência, que ainda não se apagou de todo. As culturas, segundo sua concepção, têm sua primavera, seu verão, seu outono e seu inverno, isto é sua decadência, numa sucessão rigorosa e implacavel. Tanto que esses ciclos podem ser dispostos em ~~[illegible]~~ paralelo e o que sucede numa dessas fases em uma cultura tem seu exato correlativo na fase correspondente de outra. Na cultura antiga ou apolínea, a época dos Césares, que marca o inicio de sua decadência, é

assim rigorosamente contemporânea da era que principiamos a viver. Completando sua elaboração definitiva no ano de 1917, alguns mezes antes da revolução russa -- o título já estava decidido desde 1912 e a primeira redação completada antes da primeira guerra mundial -- seus prognósticos pareceram confirmar-se amplamente em 1922 com a ascenção do fascismo italiano e em 1933 com a do nazismo. Posição dos nazistas com relação a Spengler. A idéia de pseudomorfose.

Um interesse renovado pelas idéias de Spengler surge agora com o êxito notavel do Study of History de Arnold Toynbee de que já se publicaram 12 volumes compactos: o último saiu em 1961 com o título de Reconsiderations. A erudição espectacular do autor fizeram esquecer algums dos seus aspetos negativos e a edição condensada de Sommerwell, que tornou a obra acessivel a um público mais numeroso tornou-se quase um best-seller. Em muitos pontos suas concepções assemelham-se às de autor da Decadência do Ocidente e houve quem o chamasse de Spengler com notas de pé de página. Sua obra, em geral mal acolhida pelos historiadores suscitou, não obstante, certo respeito por parte dos mesmos que a criticaram, devido ao esforço monumental que representa. Mais ambicioso do que o alemão, que distinguia apenas 6 culturas, Toynbee refere-se a 21 civilizações. Especialmente critivada é sua noção do challenge and response : desafio e resposta; Segundo essa negação, certos estímulos negativos, especialmente do meio físico -- a relativa aridez do solo, por exemplo -- podem ser fatores positivos no surto das civilizações. Ao desafio do meio, das pressões, dos contrastes de certa ordem, uma vez que não sejam excessivos e insuperaveis, segue-se uma reação positiva e salutar. Críticas de Pieter Geyl: o caso da Holanda. O exemplo de Roma. O de S. Paulo e as bandeiras... Caricaturas possiveis.

Entre as teorias morfológicas e cíclicas inclue-se parcialmente a do sociologo e historiador alemão Alfred Weber, irmão de Max Weber. Aceitando a morfologia das culturas, A. Weber não abandona de todo a de uma civilização progressiva onde as várias e sucessivas culturas se destacam como galhos de uma árvore única. (1) Em contraste com um Spengler e um Toynbee, pretende ele restabelecer com seus plenos direitos o elemento evolutivo, que unifica toda a história da Humanidade, embora limitando a força desse elemento; (2) renuncia a idéia de uma homologia no movimento das culturas, que têm, cada qual, seu próprio ser, sua fisionomia própria, seu modo particular de sustentar-se, mantendo-se jovens ou envelhecendo; (3) repudia qualquer possibilidade de prognóstico ou profecia, que distinguem as obras de outras doutrinas morfológicas e cíclicas.

Embora não pertençam a essas doutrinas merecem ser citados ao lado desses autores, ao menos dois outros, cuja obra tem alcançado singular êxito. O caso, entre outros, de um Karl Jaspers, o filósofo "existencialista" Karl Jaspers, que em livro publicado em 1949 sobre "a

SBH
Pi 179
6/8
206

origem e fins da História" busca dar um sentido à Historia, estruturando-a em torno de um eixo, de uma era axial, que serve para dar uma universalidade às diferentes culturas, ainda que pareçam morfologicamente distintas. Apoiando-se parcialmente em Alfred Weber, situa essa era axial, decisiva para os destinos da Humanidade entre os anos 800 e 200 antes da era cristã. Nesse tempo eixo estaria o corte mais profundo da historia. Nele tem origem o homem tal como existe ainda hoje: na China vivem Confucio e Laotsê, na India surgem os Upanishads vive Buda e desenvolvem-se todas as possiveis tendencias filosoficas, desde o ceticismo ao materialismo, a sofística e o nihilismo. No Irã ensina Zoroastro. Na Palestina aparecem os profetas desde Elias até Isaias e Jeremias. Na Grecia encontramos Homero, os filósofos -- Parmenides, Heráclito, Platão, os trágicos, além de Tucídides e de Arquimedes. "O tempo eixo limitado no espaço é historicamente universal. Os povos que dele não participaram permanecem "povos primitivos", anteriores à Historia. Do que aconteceu na era axial, vive a humanidade até hoje".

Hans Freyer, em sua Historia Cultural da Europa, impressa em 1948 toma posição diversa. Grosseiramente pode-se dizer que para ele não existiu, nem podia existir, até os nossos dias, uma historia universal. Ela principia nos tempos atuais, mais ou menos sob a égide do pensamento europeu cujo curso, o trend está na racionalidade.

Nenhuma dessas idéias parece mais apta a seduzir os historiadores, anciosos por um pensamento que retire sua disciplina da situação de aparentemente minoritária em que parece manter-se, ao lado de outras. São doutrinas em parte místicas, às vezes, como no caso de Spengler, do próprio Toynbee, animadas por um sopro poético, atendem mal a tais exigências. Contra uma atomização do caos do pensamento histórico optam por uma solução que longe de dar-lhe um cunho científico, parecem empenhadas em retirar-lhe todas as esperanças nesse sentido.

Algumas doutrinas que visam a organizar o tempo histórico em unidades coerentes pareceram, por momentos, corresponder a tal necessidade. Desde o século passado, pelo menos, cogitou-se entre alguns espíritos de buscar uma lei geral capaz de exprimir o rítmo do movimento histórico. De onde o interesse suscitado pelo problema das gerações. De início procurou-se construir a curva do progresso da espécie humana em termos biológicos. A duração de uma geração, segundo essas teorias, em que se distinguem Cournot, Mentré, e outros - é variavel, oscilando entre 15 e 30 ou mais anos. Essa formulação, de origem positivista e que teve seus adeptos principais na França foi substituida por outra, de carater romantico e historista, em que se distingue Pinder, que a baseou particularmente na historia da arte europeia. Assim formulada o problema das gerações despertou a-

SBH
Pi 179 exp

tenção de filósofos, tais como Dilthey e Heidegger, e mais recentemente de sociologos, como Karl Mannheim. Entre os seus críticos pode citar-se o historiador holandês Jan Huizinga que argumenta da seguinte maneira: se admitirmos, por exemplo, que no século XVIII uma geração se estende de 1700 até, por exemplo, 1733; a seguinte de 1734 a 1768 e a última de 1769 a 1800, não há como impedir que se imagine a primeira de 1701 a 1734 etc.

Modernamente, e sobretudo na França cogitou-se mais seriamente em procurar as pulsações rítmicas da história acenando em particular para as teorias dos cíclicos económicos. Assim escreve Fernand Braudel: "Um dia, um ano, podiam parecer medidas bòas para um historiador político, hontem. O tempo era uma soma de dias. Mas uma curva de preços, uma progressão demográfica, o movimento dos salários, as variações das taxas de juros, o estudo da produção, uma análise cerrada da circulação, reclamam medidas muito mais amplas". eventual

Contra a historia événementiale, reclama Braudel a longue durée. Já em seu livro clássico sobre o Mediterrâneo e a Época de Filipe II, revoltava-se contra a historia miuda, a micro-história. "Foi o medo da grande historia", diz, "o que matou a grande história"! Lembra-se, não já dos ciclos breves, de 7 a 11 anos, mas dos mais amplos, no limite extremo o meio século do ciclo clássico de Kondratieff. Exposta em 1926 a teoria de Nicolai Kondratieff distingue além daqueles ciclos de 7 a 11 anos, e dos mais breves de cerca de 3 anos e meio, outros, mais longos, de aproximadamente 50 anos, na economia capitalista. A fase de ascenção do 1º ciclo abraçaria o período de 1789 a 1814, isto é 25 anos e seu declínio principia em 1814 para terminar em 1849, ou sejam 35 anos. O ciclo completo seria, pois, de 60 anos. O segundo grande ciclo começa em 1849 e ascende até 1873, durando 24 anos. Nos Estados Unidos chega ao ápice em 1866 (devido talvez à guerra de Secessão); na França e na Inglaterra em 1873. Termina em 1896: um períodomde 23 anos. A duração totsl do segundo ciclo é de 47 anos. O 3º ciclo começando em 1896 vai até 1920: uma duração de 24 anos. Seu declínio, segundo todas as aparências, começa em 1920.

Mas Braudel não se contenta ainda com esses limites. Além dos ciclos e intercíclos há o que os economistas chamam, sem a estudar sempre, a tendencia secular. Mas elas só interessam a alguns poucos economistas e não tendo passado pelas verificações históricas, apresentam-se como esboços e hipóteses. Apesar disso ofereceriam uma introdução util à história da longa duração, da longue durée.

SBH
Pi 17
8/8

Não tenho tempo de expor aqui ~~comm~~ porque, depois de tudo isso opto ainda por uma volta ao acontecimento. A impopularidade dessa expressão prende-se à associação que se faz constantemente entre fatos e datas. Dizer que o Brasil se fez independente em 7 de setembro de ~~1822~~ 1822 é um ~~fato~~ sucesso comemorativo, não é precisamente um ~~fato~~ evento histórico. Para que tenha valor histórico é preciso que se considerem todos os sucessos que prepararam as virtualidades ~~desse~~ do acontecimento. Um processo cujos limites podem estabelecer-se entre 1808 e 1831. Não é uma historia atomística, pois insere-se em acontecimentos que lhe dão mais amplo significado. A longa duração permite uma visão mais dinâmica do ~~desenvolvimento~~ rítmo histórico ? O método da longa duração implicaria, ao cabo, que a sociedade se transforma atravez de fases que obedevem, de certo modo, a uma necessidade inexoravel. O que aquí se chamaria dinamico é exatamente o que em outras ciências se chama estático, obediente a algum esquema relativamente fixo. --

SBH
179 c06
1/12

1

Convidado, não há muitos ânos, pelos meus estudantes de History a proferir a aula inaugural de nosso Departamento, tive oportunidade de fazer algumas observações que, ao menos em parte, eu gostaria de retomar aqui. O tema da dissertação que quase me tinha sido imposto pelos alunos, relacionava-se com o que me parecia constituir uma espécie de complexo de inferioridade que sentiam êles em relação aos seus colegas de Sociologia. A História, diziam, cai frequentemente no fluido e no impreciso, em contraste com a Sociologia, que esta, não raro, se apresenta como uma ciência legiferante, empenhada em estabelecer análises racionais, balisas, definições ou soluções prontas. Uma insatisfação dessa ordem não é extremamente rara, aliás, entre os próprios historiadores que já alcançaram a idade madura, mas é quase inevitavel entre principiantes. A impaciência é um dos atributos do gênio, e houve quem dissesse, parodiando, ou antes contrariando a sentença de Buffon, que o gênio é uma longa impaciência. Ora, é bem sabido que os moços, principalmente entre os 18 e os 25 ânos de idade, ăs vezes até mais tarde, são todos mais ou menos gênios. ~~E em sua genialidade~~ buscam sempre, quando já as não têm, respostas definitivas, ou esperam tais respostas para todas as suas perguntas. Com a diferença que a impaciência é geralmente insofrida e exigente.

A História pode fornecer as respostas que esses jovens esperam ? Para tentar atender à perplexidade dos meus estudantes, comecei a falar de algumas lembranças pessoais. Para o caso especial das relações entre História e Sociologia -- não digo de propósito Ciências Sociais, porque julgo pessoalmente que História também é uma Ciência Social -- eu tinha razões particulares para fazer apelo a essas lembranças. Na verdade, eu próprio tenho sido muitas vezes qualificado de sociólogo, apesar de não aceitar de muito bom grado essa etiqueta. Durante quatro ânos por 2 períodos consecutivos, cheguei a vice-presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia. Além disso tomei parte em numerosas bancas de concurso de Sociologia, inclusive da banca de concurso de cátedra de um dos atuais titulares, meu querido e admirado amigo Florestan Fernandes. Acresce que tenho eu próprio, por concurso, o grau de Mestre em Sociologia, perdão em Ciências Sociais, o que me põe a vontade para discorrer sobre as relações entre as duas matérias.

Justamente a propósito desse meu concurso de mestrado, recordo-me de que um dos examinadores, eminente sociólogo e antropólogo, o pôs reparos, durante a arguição, ao modo pelo qual eu abordava os fatos. Preferiria, por exemplo, que, ao tratar dos inícios da colonização do Brasil, assunto de minha monografia, eu descrevesse, para começar, uma estrutura social bem caracterizada -- a da sociedade Tupí -- que os primeiros colonos aquí encontraram, e depois a dirupção dessa estrutura ocorrida com o advento do homem branco. Objetei-lhe

que semelhante argumento era próprio de sociólogos ou antropologistas, pois que em História as estruturas, quando mal se insinuam já são ~~imediatamente~~ quase ao mesmo tempo superadas. História é mobilidade constante. Tentar sujeita-la a estruturas e dirupções é o mesmo que pretender introduzir freios artificiais nessa mobilidade ou, como já houve quem o dissesse, é reduzila a ~~uma sucessão~~ um cortejo de imobilidades. ~~Em outras palavras é querer substituir o cinema pela lanterna mágica.~~

Mais tarde, examinando num concurso de Sociologia em nossa Faculdade, tive ocasião de lembrar a um colega essa diferença que separa os historiadores de certos sociólogos. Fiz questão de frizar: cer-

tos sociólogos. Replicou-me êle que, procurando acusar a Sociologia de ater-se aos conceitos rígidos e deixar unicamente a História a possibilidade de abordar o movimento, que não se deixa amarrar em tais conceitos, eu queria nada menos do que guardar para a História a parte melhor e ~~abandonar~~ deixar o bagaço à Sociologia. Acabei por admitir que os que fazer bôa sociologia histórica, e os há numerosos e excelentes, faz também bôa história, e o colega concordou. concordou

Quando me referia há pouco a "certa Sociologia", frizando bem o certa, estava pensando em particular em certos representantes da escola francêsa de Durkheim, que às vezes tinham em escassa conta a Historia, só por isso que, em contraste com as demais ciências, ela parece inacessivel ao império das leis e dos esquemas precisos. Seria facil responder-lhes que êsse afã de querer esquematizar, dividir, contabilizar a qualquer preço tôdos os aspetos, ainda os mais recalcitrantes, de um mundo naturalmente movediço, não ajuda a dar maior precisão ao discurso histórico. O que dêle resultaria, quando muito, seria uma imprecisão mais metódica e mais minuciosa, por isso mais enganadora. E ao raciocínio dos que acusam a historiografia de apresentar-se frequentemente como um saber antes empírico do que formal, diria eu que é êsse o raciocínio da raposa, daquela célebre raposa de La Fontaine que desdenhado rácimo de belas uvas só porque escapa às suas garras.

Ao tempo em que eu dizia dessas coisas aos meus estudantes ainda não tinha o renome que hoje alcançou e nem se achava plenamente constituido o moderno estruturalismo. Sabemos agora como essa escola ou, se quizerem, êsse método, se vai impavidamente alastrando sôbre as mais inesperadas áreas, pois partindo da Antropologia ou, a rigor, da Linguística atual, que já alcançou um nivel de formalização comparavel ao das ciências naturais, passou a invadir, para citar um exemplo, até as Belas Letras e já começa a ameaçar a Historiografia.

Para os estruturalistas, que tiram suas origens de Durkheim e, atravez do sociólogo francês, do positivismo do século passado, em particular do positivismo de Augusto Comte, torna-se possivel estudar os homens primitivos mais ou menos como se ~~não passassem~~ fossem de formigas. E assim como as formigas podem ser estudadas e classificadas pelos naturalistas, aquela humanidade arcaica pode ser estudada e classificada pelos antropólogos, que não se cansam de inventariar por exemplo o seu regime de castas, o seu código totemico, os seus grupos de parentesco, a sua

SBH
Pi 179 doc
3/17

mitologia, articulando tudo isso em esquemas lógicos. Mas se isso é possível, é só por que se trata de povos "sem história" -- assim o admite o próprio Levi-Strauss, ou quando muito admite que a sua é uma história fria. É evidente que não se poderiam aplicar critérios semelhantes a homens como nós, que nos presumimos civilizados, pelo simples fato de termos um passado consciente, de termos e vivermos uma História, uma história quente, se é lícito dizer assim.

A espécie de mal estar com que muito historiador enfrenta por vezes a necessidade, muitas vezes inevitavel, de recorrer a determinados conceitos que não passam, a bem dizer, de abstrações úteis, mas em todo caso de abstrações, que em seu estado puro só podem existir no mundo das idéias, bem pode ser exemplificada com o caso -- mas devo dizer que é um caso extremo -- que encontrei no volume correspondente ao século XVIII da História Económica da Inglaterra dirigida por T. S. Ashton. O próprio Ashton, que é Professor Emérito na Universidade de Londres, afirma no prefácio a êsse volume, que não teve medo de desapontar muitos dos seus leitores, quando evitou abordar algumas idéias da época tratada, ou, melhor, reconstruções modernas dessas idéias, consagradas em denominações tais como as de Capitalismo, Mercantilismo, Imperialismo, pois confessa seu escasso gosto por essas palavras que lhe parecem imprecisas e feitas só para desvirtuar, não para aguçar, nossa visão do passado. Lembra que uma vez, em Oxford, se gabara de que nenhum vocábulo acabado em "ismo" haveria de aparecer em sua tese.

— Nem mesmo batismo ? retrucou um companheiro, com sua ironia bem oxoniense.-

Seria bem simples, comenta Ashton, substituir a palavra, dizendo, por exemplo, "cristianização". Mas não quis o historiador incorrer no pecado de vangloria e preferiu deixar as sílabas ofensivas.

A êsse caso, caso extremo, repito, pode-se contrapor o dos historiadores que, em fins do século passado e em princípios do atual, imaginaram, e às vezes tentaram, por em prática uma espécie de ciência teórica da História sujeita a leis tão inflexiveis como aquelas que parecem presidir as ciências chamadas exatas. Inspiravam-se, como os sociólogos franceses de que falei, em modelos provenientes, em última análise, do positivismo comteano ou também do spencerismo. Tal ambição tinha, aliás, uma veneravel genealogia, pois entre os seus antepassados podem inscrever-se, de um lado o racionalismo da era das Luzes, de outro o empirismo à maneira de Hume, para não ir mais longe. E o seu magnum opus bem poderia ser o Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano, que Condorcet acabou de escrever em 1794, já na prisão, e a Comissão de Instrução Pública da França revolucionária mandou publicar no dia 13 de Germinal do Âno III.

Não é raro que ainda em nossos dias se dissimule mal uma tendencia semelhante, mesmo entre o grande público, ou entre os que não exercem habitualmente o ofício de historiador. E não pa-

SBH
Pi 179 e06
4/17

rece excessivo dizer-se que também entre profissionais dos mais respeitaveis, essa tendência é suscetivel de ganhar bom crédito, se convenientemente dosada e disfarçada. Significativo a respeito é o exemplo do monumental Estudo de História de Arnold Toynbee, que, principalmente no resumo feito por Sommervell, do texto original em doze compactos volumes, conseguiu, apesar da pesada erudição que carrega, converter-se em pouco tempo num autêntico best-seller. A felicidade de alguns dos achados do autor, como aquêle do challenge and response (repto e réplica), por onde pareciam explicar-se em termos singelos muitos dos mais profundos e complicados mistérios que presidem ao engrandecimento, ao ocaso, por vezes à fatal esclerose das civilizações, tudo servido por um admiravel estilo literário, tinha como justificar largamente a aceitação geral da obra. De fato não é de surpreender êsse bom sucesso, pois muitas das fórmulas sugeridas traziam no bojo o prestígio natural dessas certezas apodíticas, que servem para embalar imaginações ociosas e dar descanso às inteligências preguiçosas.

Não tardou muito, porém, e surgiram alguns historiadores desmancha prazeres para por em dúvida a suposta virtude universal dêsses sugestivos esquemas de Toynbee. A verdade, mostravam êles, de forma irrefutavel, é que os exemplos invocados pelo autor em apoio dos mesmos esquemas tinham sido arbitrariamente escolhidos dentre uma infinidade de outros que teimavam em insurgir-se contra êles. Seja como for, não há dúvida que essa grandiosa obra histórica ainda tem por onde nos deleitar e até nos instruir. No último caso, porém, o leitor deveria ter sempre em conta êste desconcertante aviso, que eu me lembro de ter lido certa vez à primeira linha de uma gramática russa, e que rezava mais ou menos assim: "Antes de mais nada é mister advertir que nesta lingua a regra é a exceção".

Mas a obra de Toynbee representa contudo um modelo isolado, e deveras soberbo, feito para leitores adeptos mais exigentes do tipo de historiografia a que me venho referindo. O modêlo que eu diria tosco, por isso o mais comum, pode ser exemplificado com o episódio de que certa vez fui parte, quando tive de sujeitar-me a responder a questões -- às vezes, como no caso, a autênticos desafios -- sobre coisas de história, e não só de história do Brasil, que é minha especialidade. O caso foi, que uma das perguntas formuladas dizia mais ou menos assim:

-- Quais não as sete causas da Revolução Francêsa ?

Isso aconteceu há muitos ânos, creio que antes mesmo da era da TV, de modo que já não sei mais como pude quebrar o caroço. É bem provavel que não me saisse muito bem, porque Deus me deu um raciocínio tardo e uma improvisação dificil. Mas se, por milagre, me tivesse dado, na ocasião, alguma presença de espírito, acho que pude

SBH
Pi 179 a 06
5/17

Teria respondido:

~~ria sair-me com esta:~~

-- Meu querido (ou minha querida) tele-ouvinte. As causas da Revolução não ~~foram~~ são sete. ~~Foram, são,~~ são setenta e sete. E se eu quizesse ser ainda mais exato, diria até que ~~foram~~ são setecentas e setenta e sete. Infelismente como tenho um prazo muito limitado para as respostas, vejo-me impedido de enunciá-las todas, dadas as circunstâncias.

Seria essa a forma de me comportar menos desairosamente deante de um ouvinte que devia firmemente acreditar na possibilidade de reduzir todos os sucessos históricos ~~ao~~ a um modelo de causa - efeito, que parece o mais próprio das ciências fisico-matemáticas. Em verdade, se êsse modelo em muitos casos poderia aplicar-se, ninguém dirá que é apto a resolver satisfatoriamente tôdos os intrincados problemas com que se há de defrontar o historiador. E mesmo que fosse dado, por hipótese, deslindar precisamente todo o emaranhado de causas que se ofereceriam para cada fato, ~~histórico~~ sempre restaria uma parte -- e quem sabe se a mais importante ?--- esquiva a qualquer tentativa de generalização nos moldes das que encontramos em diversas ciências.

Foi sobretudo à vista dessa parte irredutivel a leis gerais, e talvez inefavel, que se foi firmando entre muitos a idéia de que a história é, por excelência, o domínio do individual e do concreto. Cada sucesso há de ter em si mesmo sua causa e sua explicação. As coisas do tempo são, por sua ~~peculiar~~ natureza, incomparaveis entre si: a história em suma não se repete. Essa é, em traço grosso, a essencia da corrente chamada historista, que se desenvolve, como a outra, sobretudo a partir da ~~na~~ era setecentista e tem seu berço principal na Alemanha. Surge com efeito em oposição, muitas vezes deliberada, às tradições jusnaturalistas, que parecem alimentar tanto o racionalismo francês como o empirismo anglo-saxão. Durante todo o século passado, e até muito perto de nós, o historismo, por alguns chamado simplesmente a Escola Alemã, chegou a suscitar alguns notaveis monumentos do saber que se sustentam bem até hoje. Tamanho foi o seu prestígio, que desde cedo contaminou os estudos de direito, da filosofia, da economia, da antropologia, em suma todas as ciências chamadas do Homem.

O problema estava em saber-se de que maneira seria possivel articular segundo as exigências cada vez mais impositivas da moderna Ciência ~~moderna~~, seja ela de caracter empírico, seja de cunho formal, um tipo de conhecimento que se obstina em comprazer-se no individual e no concreto. Atacou-se êsse problema e, também aqui, sobretudo na Alemanha, a partir da noção de que se impunha organizar êsse saber verdadeiramente sui-generis, que tem ao centro a História, segundo regras próprias, que a distinguissem dos métodos usados nas demais ciências e, que por muitos aspetos, se opunham a êles. Entre as fórmulas que se alvitraram para estabelecer a distinção, uma das mais famosas foi a que contrapunha às ciências que passariam a chamar-se nomotéticas, outras, a História em primeiro lugar, a que se chamou idio-

gráfica (idiográficas de idios, que significa próprio, particular, individual,e que nada tem a ver com ideográfico).

Uma vez que o processo histórico é por si mesmo irredutivel às leis da causalidade impunha-se alcançar um tipo de conhecimento capás de apreender o individual por alguma forma de intuição ou de empatía, antes de empatía, como se costumava dizer. Na prática esse modo de apreensão pode dar eventualmente resultados plausiveis, dependendo de quem tenha aptidão para dele se valer, e o certo é que qualquer coisa de semelhante foi sempre empregada por artistas de gênio. O dificil porém é reduzir a normas transmissiveis aquilo que faz a peculiaridade de indivíduos excepcionais. E não é talvez por acaso, se a obra onde se deveriam compendiar tais normas, ou seja a Crítica da Razão Histórica de Dilthey, ficou inacabada.

Por outro lado a escola alemã, por mais que procurassem evita-lo alguns dos seus adeptos, inclinava-se quase forçosamente á ideia de que o saber prende-se a contingencias peculiares a diversas épocas -- o Zeitgeist -- ou a diferentes povos -- o Volksgeist -- que acabariam por incompatibiliza-lo com o princípio da universalidade do objetivo. conhecimento científico. Não faltou mesmo quem procurasse associar ao relativismo dogmático e à exaltação do espírito nacional que está implícito nela desde o seu nascedouro, a grande catastrofe alemã de 1939-1945. Pode-se hoje pensar que tanto a corrente a que, para simplificar se chamaria de positivista, como ao historicismo, nas suas mais variadas formas, tem seu grão de verdade. O erro estaria em pretender isolar, exacerbar, hipostasiar cada uma delas como se fosse o único método válido de se abordar o passado.

O fato de a história humana enfocar acontecimentos ou situações únicos e singulares é, sem dúvida, indiscutivel. Mas o certo é que outro tanto se poderia dizer de muitas ciências teóricas, da geofísica, por exemplo, ou da astronomia,e em geral das que procurem explicar fenómenos concretos. Não é isso um privilégio da História. O mesmo pode-se observar a propósito da pretensão dos partidários da escola idiográfica, de que a apreensão do particular e do concreto só é possivel atravez da empatía ou da intuição. É inegavel a existência de um elemento irracional e intuitivo em todo pensamento criador, mas êsse elemento também aparece no próprio pensamento científico racional. O pensamento racional e analítico não é alheio à intuição. O que o caracteriza é a intuição sujeita a exames e testes sucessivos,onde por força ha de intervir o raciocínio lógico, não é a intuição desvairada e mística.

Atravez da crescente depuração e do aperfeiçoamento das suas técnicas, a historiofrafia pode aspirar, cada vez mais, ao estatuto científico. Até a possibilidade de certas generalizações, que em outras épocas passava por heresia, começa a ser estudada e, a esse respeito, são particularmente valiosas as contribuições do Comité de Análise Histórica do Conselho de Pesqui-

Pi 179 ex06
7/17

sas de Ciências Sociais dos Estados Unidos, que a imprensa da Universidade de Chicago publicou em 1966 sob o título: Generalization in the Writing of History. Admitir essas generalizações é, por outro lado, como admitir o valor (que chegam a assumir) para o estudioso ~~que chegam a assumir~~ certas regularidades observadas no curso da História. De onde a importância que vão ultimamente adquirindo as técnicas de quantificação, que supõem por força a presença dessas regularidades, e ajudam a superar o impressionismo irresponsavel e a destruir aquêle véu de incertezas que tantas vezes prevalece em obras de historiadores.

Em realidade os mais recentes progressos do pensamento científico vão tendendo a dissolver a velha distinção entre o historismo e o positivismo, que espelha tão somente o contraste estabelecido entre o organicismo e o mecanicismo. Isso faz, por sua vez, com que a oposição entre as "leis" das ciências naturais e as chamadas leis da história positivista ou da sociologia positivista, que a rigor procuram copiar o tradicional modelo mecanico de causa e efeito, se dissipa cada vez mais.

Já em 1926, em seu livro intitulado Leis Naturais e Leis da História, o matemático alemão Karl Groos salientara vivamente êsse fato. Sua obra deu lugar a um simpósio realizado em Munique, onde vários físicos, matemáticos, químicos, naturalistas, filósofos e históriadores, manifestaram pontos de vista coincidentes com os seus. Groos apontara, na obra mencionada, para algumas passagens significativas de escritos de pesquizadores da época, onde se procurava retirar às leis naturais o rigor absoluto que tradicionalmente lhes era atribuido e a reduzir o carater de certezas indiscutiveis em que eram tidas ao de menor ou maior verossimilhança. Assim, observava um dos debatedores, aquelas leis constituem apenas expressões de dados suscetiveis de serem comparados, e nada mais do que isso. Outro especialista aduziu que as leis da natureza podem, sem dúvida, revestir-se de um caracter estatistico, mas que delas não se podem esperar senão resultados sofrivelmente corretos. Um terceiro afirmou que as leis naturais nada mais exprimem do que consequencias aproximativos de fatores numerosos.

Segundo as próprias expressões de Groos, que dera motivo ao simpósio, na própria Física não se encontram repetições perfeitas, mesmo em igualdade de condições. O que os "positivistas" costumavam chamar "leis naturais" -- e que tentavam aplicar, sem bom êxito, à História e à Sociologia --, fundava-se, não no princípio de identidade, mas tão somente no de similaridade. É outro o fundamento em que se apoiam também os historiadores, tôdas as vezes em que buscam assentar suas pesquizas em critérios mais plausiveis ? De onde a conclusão a que se chegou, ao termo da reunião de Munique, de que os métodos próprios para as diversas ciências, chamem-se elas, embora, Ciências do Espírito ou Ciên-

SBH
Pa 179 a06
B/17

cias da Natureza não apresentam, entre si, nenhuma diferença (verdadeiramente) essencial.

Ora, a idéia que ainda poderia passar por audaciosa em 1926, entrou decididamente na ordem do dia durante êstes últimos 20 ânos. A experiência adquirida atravez do desenvolvimento das ciências, e que se reflete nas idéias centrais da Cibernética, revelam como os antigos esquemas, que procuravam enquadrar a realidade, ora segundo o símile das máquinas, ora à imagem dos organismos vivos, já perderam sua razão de ser. O mecanicismo busca abranger o real segundo os rígidos critérios de causa e efeito, e tudo medir (com a precisão de um) o tempo como um relógio, essa primeira máquina do mundo moderno e, em verdade, o primeiro automato. Ao contrário dos moinhos, (por exemplo,) que dependem, para seu funcionamento, de forças naturais como a água corrente ou os ventos. Mas os relógios mais antigos pouco tinham a ver com os da atualidade, que só se prenunciam, por assim dizer, em fins do século XV. Além disso a sua utilidade quase única nos conventos, onde primeiramente se tinham usado, consistia em assinalar as horas canônicas e, para os sacristães medievais, eram pouco mais prestativos do que os cães de guarda. Para outros usos serviam, de ordinário, os relógios de sol, ou as clepsidras, ou as ampulhetas, que não marcam os minutos, muito menos os segundos, e parecem obedecer antes a um rítmo natural do que a um compasso mecânico.

Mas mêsmo depois da invenção, por volta de 1500, do relógio de bolso, atribuida a um certo Peter Heinlein, de Nüremberg, foi preciso esperar longo tempo até que seu emprego se generalizasse e se impuzesse a tôdos. Os relógios medievais tinham servido para lembrar as horas de devoção e de festividades. Os novos, que de início não passavem de simples objeto de curiosidade, teriam seu primeiro emprego primeiramente, no estímulo que, por intermédio de seu mecanismo, dariam à indústria de brinquedos infantís de mola, em que se celebrizaria a cidade de Nüremberg, conhecida até aos nossos dias, como terra desses brinquedos. Só muito mais tarde se converteriam êles em instrumentos para a medição do tempo, tornando-se os responsaveis pela nossa civilização do relógio, civilização de homens que não gostam de perder tempo.

O relógio "fabrica o tempo", segundo a expressão inglêsa. Êle nos impoz o tempo mecânico, o tempo abstrato, que parece regular amplos setores de nossa humanidade atual e que nos parece tão diferente do tempo da História, refractario, tanto quanto pode ser, êste regulamento. E é o relógio que forneceu o modelo clássico do "mecanismo": modelo que, no sistema de Newton, se aplicou à descrição dos astros, ao do governo nos escritos de Maquiavel e de Hobbes, o teórico do Estado Leviatã, às teorias da "balança do poder" e do equilíbrio mútuo -- "check and balance", em Locke, Montesquieu, e os autores da Constituição dos Estados Unidos,

SBH
Pi 1790
9/17

mêsmo ao corpo human, nas doutrinas de La Mettrie. E não faltou, na era das Luzes, quem se valesse do símile, para referir-se a Deus Tôdo-Poderoso, que, para Voltaire é o "primeiro relojoeiro", e para o cidadão Tomas Paine, o "primeiro mecânico" enquanto os pedreiros livr~~e~~ maçons - n'o o "Grande Arquitato"

Foi contra os excessos e, ao cabo, contra as insuficiências desse modêlo ~~mecanicista~~ mecanico, onde o relógio de molas aparece como a expressão mais simples, que se engendrou o modelo organicista. Muito mais do que a máquina, criatura humana, por conseguinte imperfeita, os seres vivos, que são obra divina, iriam dar agora o ponto de partida mais adequado para a bôa inteligência das coisas dêste mundo. E se o primeiro encontra sua mais autêntica expressão nas doutrinas positivista, o segundo irá melhor manifestar-se por intermédio do pensamento historista. O mecanicismo contribuira, dentro dos seus limites naturais, para tornar possivel um tratamento rigoroso e quantitativo de tôdos os fenómenos, mas, de outro lado, era incapaz de representar ~~em~~ perfeitamente os processos de crescimento e da evolução. Por outro lado os modelos ~~do organismo~~ tomados aos organismos vivos, segundo a concepção clássica, pareciam em parte atender a tais exigências, dando maior complexidade e generosidade ao tratamento de ~~certos~~ varios aspetos da realidade. No entanto deixavam margem escassa ~~para~~ a consciência e a vontade, ~~praticamente~~ aparentemente impróprios para alterar as leis que regem internamente os seres vivos. Deficiências semelhantes resultam do modelo, parcialmente inspirado na mesma concepção organicista, em que se procura refletir o processo histórico. Êstes, ~~porem~~ embora possam propiciar modificações qualitativas, assim como a influência da ação consciente e a inovação genuina, permanecem estritamente na esfera qualitativa e, se ajudam ao reconhecimento de certos padrões de comportamento, mostram ~~pouco~~ escasso préstimo onde quer que importe contar ou medir.

Impunha-se, pois, a conclusão de que muitos dêsses esquemas, não só deixam de atender hoje às novas exigencias mentais, como não espelham fielmente os próprios modelos originários, sustentando-se só pela ~~rotina~~ uso continuado. Para citar um exemplo, a idéia clássica ~~do mecanismo~~ da maquina, implicando a noção de um todo sempre igual à soma das partes, isolado do ~~seu~~ meio, inalteravel atravez do tempo ou da inter-ação ~~destas~~ daquelas partes, infenso à mudança irreversivel, ao crescimento, à evolução, à novidade, já não ~~se conformava~~ condiz com a complexidade dos mecanismos atuais. E não só isso: a própria física newtoniana e, depois, a termo-dinamica clássica, só imperfeitamente se deixam abordar atravez dêsse tipo de máquina, cujo modelo ideal é concebido ~~segundo as~~ à maneira das rodas e molas de um relógio. Tornou-se necessário chegar até aos nossos dias para ~~presenciar~~ assistirmos ao colapso dessas noções singelas, devido à impossibilidade, entre outras, de abordar por seu intermédio o que ~~se passa~~ ocorre no interior do átomo, que passou a reclamar novas teorias físicas como a da relatividade e a

SBH
Pi 1790
10/17

quantum.

Parece inevitavel que essas concepções novas, por onde se busca enfocar com maior precisão uma realidade dinâmica, e resistente a quaisquer critérios fixos e imutaveis, venham a deixar sua marca, e cada vez mais, no desenvolvimento dos estudos históricos. O próprio recurso aos dados estatísticos, e não apenas ao princípio qualitativo, como meio de verificação dos sucessos abordados pelo historiador, poderá adquirir uma dimensão nova à lus de tais concepções. Já se tem notado como a quantificação aparece implícita em esboço, na historiografia tradicional, tôdas as vezes em que se usam termos tais como "típico", "representativo", "significativo", "generalizado","crescente", "intenso". Tôdos êles envolvem sem dúvida afirmações quantitativas, embora não se apresentem cifras em que possam apoiar-se essas afirmações. Desde há algum tempo, e primeiramente, segundo parece, nos países anglo-saxões, os historiadores vêm procurando utlizar-se de tais métodos para dar fundamento mais plausivel às suas descrições, e a tendência se acentuou principalmente no campo da história económica, onde é mais facil a quantificação, já que os dados, em geral, aparecem aquí, naturalmente, em forma quantificada. Hoje alguns adeptos da história quantitativa já se lançam às estatísticas a todo propósito, com um ardor de neófitos que chegaria a fazer inveja aos adeptos das tendências positivistas, passando a desdenhar tôdos os outros recursos possiveis, sem perceber que aquelas têm um alcance limitado e, ainda, que a imensa maioria das questões suscitadas pelo estudo do passado e do presente dificilmente se deixam resolver atravez de números.

Mêsmo no Brasil a quantificação principia a expandir-se de tal sorte que, para muitos, a presença de números, tabelas ou gráficos já parece indispensavel em qualquer trabalho histórico digno dêsse nome. O êxito e o alcance de algumas obras notaveis, tais como o livro clássico de Earl Hamilton sobre a revolução dos preços na Espanha, publicado em 1934, mas principalmente com o Seville et l'Atlantique de Pierre e Huguette Chaunu, que em oito dos seus doze e às vezes compactos volumes, quase só apresentam cifras, são os principais responsaveis por essa moda. E embora as insuficiências dêsse recurso sejam óbvias, impõem-se, além disso, cautelas especiais, principalmente quando se sabe que a ausência de rigor nos dados numéricos foi no Brasil e em parte continúa a ser ainda hoje, regra geral.

A precisão numérica, que se tem acentuado particularmente em terras onde se implantou a civilização industrial, é com frequência alheia a outras eras e a outros povos. "Os números", escreveu ultimamente o historiador norte-americano John U. Nef, "ocupam em nosso vocabulário uma importância que nunca, até aqui, tinham chegado a ter". E Lucien Fèbvre, em páginas justamente célebres sobre o problema da descrença no século XVI, relaciona tal fato com

SDH
Pç 179
11/17

a carência de senso histórico, imperante não só entre os homens da Idade Média como em pleno Renascimento, e que levava muitas vezes à absorção da história pelo mito. "Nesse passado indistinto", diz, "que se resumia em palavras tais como antigamente, sem maior rigor, ou como outróra, e ainda há muito, quantos não continuam a admitir, sem ceremonias excessivas, a presença de personagens míticos, lado a lado com figuras históricas, algumas mitificadas, se assim se pode dizer, numa espécie de promiscuidade fluida, que hoje nos escandaliza e àquêle tempo não perturbava ninguém."

Dissentem atualmente os eruditos sobre o âno exato em que teria vindo ao mundo, por exemplo, Lutero. Quanto a Rabelais, dividiam-se os velhos textos, relativamente à era de seu nascimento, entre os ânos de 1483, 1490 e 1495. E tudo leva a acreditar que muitos dos homens ilustres do século XVI, dêsse século que ainda não se deixara contaminar pela revolução do relógio, e do calendário também, sabiam muito menos a própria idade do que o sabem os seus biógrafos de hoje. É que a exatidão cronológica deveria parecer-lhes coisa supérflua e indiferente. Quando muito valiam-se, em certos casos, de vagas cifras que não pretendiam espelhar com nitidês os fatos reais. Numa época ainda pouco afeita aos cálculos matemáticos, e em que os próprios algarismos arabes mal começavam a desalojar os números romanos, que são inadequados para a realização de muitos daquêles cálculos, não se necessitava de muito mais.

Ora, o que era verdadeiro entre os europeus do século XVI é largamente válido, aquí no Brasil, mesmo para épocas muito posteriores e, muitas vezes, até bem entrado o século XIX. Para lembrar um exemplo que me é familiar, direi que, no Arquivo do Estado se S. Paulo conheço melhor do que outros, se guardam ainda hoje muitíssimos maços de população que, desde 1766, e até muito depois da Independencia, se faziam na Capi-

SBH
Pi 179
12/17

pitanía, depois Província, principalmente para o efeito de recrutarem-se homens destinados às lutas contra os castelhanos no sul, onde as somas relativas à população, aos gêneros consumidos ou exportados, os escravos e serviçais estão quase por sistema errados. Essa documentação, não obstante, é hoje preciosa para o conhecimento de muitos aspetos de nosso passado, mas é indispensavel utiliza-la com espírito crítico e cautela, pois não se espere delas o rigor que estamos habituados hoje a assimilar às cifras numéricas.

Por extranho que pareça, a produção de ouro, que foi a grande riqueza do Brasil durante o século XVIII sujeita-se ainda hoje a controvérsias e não há por ora meio seguro, mesmo excluido o contrabando, naturalmente incalculavel, de alcançarem-se a respeito dados mais exatos. O mesmo é possivel dizer a respeito do açúcar, durante a era colonial e em parte do último século. Isso porque os dados em geral registram as quantidades em caixas, e essas caixas faziam-se conforme a madeira disponivel e tinham dimensões forçosamente variadas. No caso dos escravos importados, complica-se a situação porque a unidade geralmente registrada é a "peça", e peça não é senão em certos casos sinónimo de escravo. No uso ordinário equivalia a 7 quartas de vara, isto é entre 1, 75 e 1, 82 metros, aparentando o preto ter entre 30 e 35 ânos. Usualmente 2 negros de 35 até 40 ânos correspondiam a uma peça, mas 3 molecões entre 6 e 18 ânos formavam 2 peças.

Até no caso do café podem suscitar-se incertezas. Nas estatísticas, por exemplo, relativas à sua produção durante o século passado, conhecem-se ao menos quatro tabelas estatísticas diferentes umas das outras. A razão dessas divergencias está em parte no fato de algumas dessas estatísticas trazerem o número das sacas, que nem sempre eram de 4 arrobas, isto é de 60 quilos. Até 1873 predominavam, embora não exclusivamente, as de 5 arrobas, quer dizer de 75 quilos. Muitas vezes não se consideram essas discrepâncias, ou não há como distingui-las, e computando-se sempre sobre a base hoje usual de quatro arrobas, e arrobas métricas, chega-se a resultados diversos.

Nada impede que se usem as cifras disponiveis, sempre que não nos seja dado chegar a um rigor absoluto. Elas hão de valer, quando menos, para se chegar a dados aproximativos. O que importa é considera-las pelo que possam valer sem querer atribuir-lhes um significado que, em muitos casos, elas não nos podem proporcionar.

E êsse caracter fragmentário ou impreciso da documentação de que dispomos sobre o passado, que dificultam sua manipulação para fins de estudo, além da natural complexidade da matéria, um dos obstáculos mais frequentes que encontra o historiador. Sabemos, no entanto, que as mesmas dificuldades existem, em maior ou menor grau, para as próprias ciências naturais.

Mas o obstáculo maior para chegar-se a uma história verdadeiramente científica não está apenas nisso. Está em que a História, para os homens não representa tão só um objeto de contemplação desinteressada e um espetáculo.

SBH
Pi 179a
13/17

13 de

Em verdade nós vivemos a História e a ela pertencemos de corpo e alma. Tanto que se faz mistér uma devoção quase heroica para nos desvincularmos dessa condição e, por conseguinte, dos mitos e tabús que podem embaçar nossa visão da realidade histórica. Pode-se resumir dizendo que um desses viezes perturbadores associa-se ao nosso tribalismo e o outro ao nosso tradicionalismo. São essas sem dúvida, mais do que quaisquer outras, as barreiras que embaraçam o tratamento objetivo do passado.

A história tribalista é a que impõe como obrigação sacrossanta construir o passado nacional sob a forma de uma imagem sem jaça. Admite-se, com frequência, que o presente possa ser alvo de acerbas críticas e imprecações. Raros são, porém, os que toleram qualquer tentativa de ver nêsses erros do presente um fruto dos erros do passado, que pudessem servir para explicá-los e porventura para superá-los. O passado nacional há de apresentar-se como uma procissão de imaculadas glórias, e outra coisa é pecado de leso-patriotismo. Ora, o patriotismo verdadeiro é feito de lucidês e não é insurgir-se contra êle, ou tentar feri-lo, o pretender qur não há, não pode haver, uma história patriótica, como certamente não há matemática ou biologia patrióticas.

Intimamente vinculado a êsse tribalismo acha-se a idéia generalizada de que o historiador é, por força, um indivíduo que só há de ter olhos para o passado, nacional ou não, e que sua missão essencial é zelar pela preservação de tudo quanto foi imunizado e de certo modo canonizado pela pátina do tempo. A êsse propósito parece sempre oportuno o caso narrado por Marc Bloch acerca do grande historiador belga Henri Pirenne. Chegado certa vez a Estocolmo para um Congresso de historiadores, o autor de Mahomet e Charlemagne surpreendeu alguns dos seus companheiros dizendo que para ver a cidade iria começar pelo edifício da Municipalidade, que era um prédio modernissimo. E como se quizesse prevenir o espanto dos presentes, ajuntou: "Se eu fosse um antiquário só me interessariam as velharias. Mas eu sou historiador. Por isso eu amo a vida".

O culto ao passado, como passado, está no polo oposto às preocupações do verdadeiro historiador. Para começar, a própria palavra "passado", posta assim no singular, não passa de uma abstração. Há o passado de ontem, de 28 de agosto, e há o de há cem ânos ou os de antes da era cristã. Entre êles, não há medida comum, e nêsse sentido que se devem entender as palavras sábias de Goethe, onde dizia que "a verdadeira missão da história consiste em libertar-nos do passado".

A primeira condição para se chegar à melhor inteligência da História é esta em procurar compreender o presente. Muitos exageros se tem escrito sobre a lição da História, que os antigos

SBH
Pi 179
14/17

De vícios tais ~~como êsses~~ acham-se contaminados, até os dias de hoje, largos setores de nossa historiografia. Para citar um exemplo bem conhecido lembrarei as controvérsias ainda correntes em torno da casualidade ou intencionalidade do achamento da terra do Brasil. A hipótese tradicional de que o Brasil não tinha sido descoberto por acaso foi combatida, já no século passado por um autor que, segundo confissão por êle feita mais tarde a Capistrano de Abreu, quizera tão somente levantar problemas, converteu-se aos poucos em dogma, pois parecia melhor coadunar-se com a idéia de que os herois da era dos descobrimentos, eram homens tão superiores que seria fazer-lhes injustiça supô-los capazes de fazer qualquer coisa sem propósito definido e maduramente pensado. Um dos argumentos mais significativos em prol da tese do intencionalismo, surgira muito antes, aliás, dante do testamento de João Ramalho, onde o patriarca de Piratininga teria dito em 1580 que contava, então, "alguns noventa ânos de assistência"nessa terra. Se interpretado literalmente, êsse documento permitiria atribuir a Ramalho uma longevidade incomum e arrebataria mesmo a Colombo a primazia no descobrimento da América. O testamento, que foi lido e comentado em fins do século XVIII por Frei Gaspar da Madre de Deus acha-se hoje desaparecido. Contudo conhece-se uma Ata da Câmara da Vila de S. Paulo, datade de 1564, onde o mesmo Ramalho, dirigindo-se aos vereadores da mesma vila, se diz homem velho, passante dos setenta ânos, e isso faz pensar que não contaria então mais de 75 ânos. Como era casado e veio ao Brasil sem a mulher, ainda se reduz assim mesmo, de modo consideravel, o tempo em que poderia ter estado entre nós. Apesar disso, os adeptos dos mesmos critérios não deixaram, recentemente, de socorrer-se de argumentos de mesmo teor e aparentemente de igual valor.

Entre os mais lembrados figura o caso da carta que em 1514 endereçou a El-Rei de Portugal, Estevão Fróis, preso então nas Antilhas pelos castelhanos, sob a acusação de ter violado terras estranhas à demarcação lusitana convencionada em Tordesilhas. No interrogatório a que foram sujeitos, Fróis e seus companheiros declararam que vilham de lugar situado 150 léguas ao sul da linha equinocial, pertencente à Corôa portuguesa "ha vinte ânos e mais ..." Entendido ao pé da letra, isso quereria dizer que já viveriam portuguêses no Brasil por volta de 1493 ou antes. Outro tanto há de cuidar quem interprete literalmente os depoimentos de marinhairos lusitanos ante o tribunal de Baiona, que julgava da apreensão por portuguêses da náu La Pélerine, cujos tripulantes tinham feito depredações em Pernambuco no âno de 1532. Alegavam as testemunhas que no mesmo pôrto de Pernambuco estava "um castello e fortaleza feyta por elrey noso Sõr e seus vassalos, a qual avya trinta anos e mais que no dito porto era feyta, e era o dito porto e castello habitado pelos portugueses que tinham ay suas moradas a-

SBH
Pi 179 ex
15/17

vya quarenta anos e mais ..."

Com razão já ponderou Duarte Leite, antes mesmo de publicadas as observações de Lucien Fèbvre acerca da imprecisão numérica generalizada no Quinhentos, o pouco crédito que hão de merecer dados semelhantes, lembrando como as "expressões "avya trinta ânos e mais" e "avya quarenta anos e mais", outra coisa não são do que um modo de recuar o fato narrado a época longínqua e indeterminada". Acresce que, sendo as testemunhas portuguesas, teriam tôdo empenho em mostrar a antiguidade, por conseguinte a legitimidade, da posse da terra pelo seu soberano. A ninguém ocorreria discutir a exatidão rigorosa das cifras alegadas, como ninguém, em 1580 iria objetar contra as declarações de João Ramalho, o qual segundo Frei Gaspar, "duas vezes repetiu que tinha alguns noventa anos de assistencia nesta terra sem que alguns dos circunstantes lhe advertisse que se enganava", apesar de em outra ocasião e com propósito diferente ter apresentado cifras bem diversas.

Essas observações não se dirigem contra a tese do intencionalismo que todavia, apesar do fervor dos seus adeptos, ainda está para ser demonstrada, mas apenas para salientar os riscos em que podem incorrer os que, na abordagem dos sucessos históricos, se deixam inspirar cegamente pelas suas inclinações nacionalistas. Ainda mais tosca, e aparentemente animada por motivos políticos, é a teoria recentemente formulada, de que o Brasil nunca chegou a ser colonia, e que tal idéia só começou a aparecer no século XIX, graças largamente à publicação da História do Brasil de Robert Southey. Estimulados aparentemente, em sua convicção, pelo pamfleto publicado que publicou em 1951 o historiador argentino Ricardo Levene, sob o título "Las Indias no eran Colonias", essa tese ganha reforço com o fato de dar uma longa genealogia aos princípios sustentados em Portugal pelo Professor Antonio de Oliveira Salazar, de que seu país não tem colonias, mas províncias ultramarinas.

O principal argumento dos que sustentam semelhante tese é o de que em nenhum dos documentos da nossa época chamada colonial, aparece a expressão aborrecida. Poderia lembrar-se que já em 1794 isto é muito antes de Southey e da Independencia, o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho publicava em Lisboa e sob os auspícios da Academia Real de Ciências, o seu trabalho intitulado Ensaio Economico sobre o comercio de Portugal e suas Colónias. E se muito antes disso não se acha a palavra "colonia" nos textps relativos ao Brasil é, muito provavelmente porque essa palavra não tinha então o significado que hoje lhe damos e que só aos poucos iria adquirir. O termo se empregava mais correntemente para designar as colonias militares e conforma-se nessa acepção ao sentido que lhe davam os romanos. Isso explica como uma área fortificada e ilhada entre desertos e castelhanos recebeu o nome de Colonia, desde 1680 -- a Colonia do Sacramento -- enquanto ao Brasil, só muito mais tarde se começou a dar essa designação.

SBH
Pi 179 a 08
161,17

Mesmo a palavra colono só começará a empregar-se tardiamente: em lugar dela costumava-se dizer, de preferência, povoador, que tanto servia para designar o fundador de uma povoação como seu habitador.

Dizer que o Brasil não foi colónia só porque não se conhecia então a palavra, é como quem pretendesse, por exemplo que Portugal, por conseguinte o Brasil, nunca teve monarcas absolutos, por isso que a expressão absolutismo, seja qual for o sentido que lhe dêm, era de todo desconhecida naquelas eras. O próprio dicionário de Morais ainda não registra a palavra em sua primeira edição que é de 1813. Mesmo o verbete absoluto tem nele apenas os significados de "independente", "livre" e só depois, mas por derivação lógica de tais acepções, "com pleno senhorio, poderoso", "que não tem dependencia, respeito, relação com outra coisa". Na exemplificação aparece "Homem absoluto" para designar livre ou independente. A expressão poder absoluto poderia eventualmente ser indicada para indicar que esse tal poder é independente de qualquer sujeição, e não que rege absolutamente os povos.

E provavel mesmo que com o sentido atual mãomsumginmam a expressão governo absoluto irá surgir por contraste com liberal. Mas esta própria palavra liberal só se encontra em Morais para designar "o que é largo no dar e despender, sem avareza e nem mesquinharia, dadivoso". Encontra-se também com o sentido de livre e franco, mas nêsses casos com • sentido que transparece da exemplificação dada, proveniente, ao que parece, de João de Barros, a saber: "tanto que por nós lhe foi impedida esta liberal navegação". Aparece a fórmula arte liberal, ou seja expressamente aquela "que não é mecanica", e tambem liberaleza, liberalidade, liberalmente, mas sempre como extensão do significado atribuido pelo dicionarista a liberal. O que não aparece decididamente é liberalismo.

Se • critério da existencia ou não, em de determinados vocábulos servisse para determinar, ou não a presença, nesta ou naquela era, da coisa significada, seria forçoso concluir-se que o imperialismo, por exemplo, foi desconhecido durante a maior parte do século passado. A palavra existia, é certo, mesmo e particularmente no Brasil e pode ser achada em quase todas as páginas do célebre pamfleto de Tito Franco de Almeida impresso em 1867, célebre sobretudo pelas notas que D. Pedro II rabiscou às margens de seu exemplar e que hoje se acham publicadas. Existia, no entanto, para indicar simplesmente o chamado "poder pessoal" do imperante, assim como "imperialista" era o partidário dêsse poder. No panfleto citado diz-se, por exemplo: "O prestimoso chefe do primeiro gabinete imperialista (o autor queria referir-se aqui ao Marquês do Paraná, que com • seu governo da Conciliação teria obedecido a um pensamento augusto), que por dolorosa expiação de 10 anos haviam aprendido a descobrir e apreciar o poder do Imperialismo, curvou-se também, etc.". E D. Pedro escreveu à margem: "O Paraná não se curvava",

pressurso

Pi 179 ac
17/17

Com seu significado hoje mais generalizado, essa palavra "imperialismo" é cunhada na Inglaterra, mais de dez ânos depois. Um especialista nestes assuntos, o sociólogo e historiador George Hallgarten, que deicou dois exaustivos volumes ao tema do "imperialismo antes de 1914", localizou-a pela primeira vez em artigo de Lord Carnavon publicado a 1 de dezembro de 1878 na Fortnightly Review, onde se lê: "Temos ouvido falar até aquí, é certo em interesses imperiais, em política imperial, só é novo o conceito que se exprime nesta palavra nova: imperialismo".

Êsses exemplos e êsses vocabulos, que poderiam ser multiplicados, ajudam-nos a mostrar como cada época da história tem as suas peculiaridades distintas, que não se deixam impunemente transferir às outras. E o que Leopold von Ranke assinalou em seu dito célebre: "Cada época se relaciona imediatamente a Deus". E assim como não nos é lícito refazer os tempos idos ao sabor de nossos caprichos e paixões de hoje, também não podemos entender ou explicarmo-nos o presente se o sujeitarmos à imagem de um passado idealizado e, naturalmente, deformado pela imaginação. Se há uma lição da História, que os antigos chamaram "mestra da vida" é esta sem dúvida. O que nos compete a nós, estudiosos e estudantes de História é, antes de tudo procurar viver o nosso tempo, sentir as suas pulsaçẽes, pressentir, se possivel, os seus rumos e, se preciso, nos acumpliciarmos com suas aspirações, ainda que nos exponham ao risco de passarmos por inconformistas, demolidores, talvez sediciosos.--